

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Depoimento gravado no dia 17 de julho de 2017, em Belo Horizonte, na Cidade Administrativa, por telefone. As entrevistadoras são Caroline Cunha Rodrigues e Fernanda Nalon, entrevistando Afrânio Oliveira Silva. Afrânio...

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: Oi.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A gente gostaria, então, de continuar o depoimento sobre Cachoeirinha, desde o início da sua atuação, né, ou outras informações que o senhor tenha sobre o conflito. Podemos?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Então, podemos sim, uai. Pois é, como eu relatei lá em Montes Claros, quando eu cheguei no Norte de Minas, final de 77, início de 78, a questão do despejo dos posseiros de Cachoeirinha, que tinha ocorrido em 1977, já fazia uns 11 anos, mais ou menos. Então juridicamente você não tinha muito o que fazer não, viu? Mas ainda assim, em 1980, eu tentei algumas ações em Montes Claros tentando anular o processo, porque o processo realmente era, era... era completamente irregular, né. Aí eu entrei com umas ações para anular o processo, muito mais para que os posseiros sentissem que a gente estava na luta, tal, na luta política e na luta jurídica e tal, a situação toda. Mas eu sabia que juridicamente era impossível. Mas aí eu acho até que não tinha muita necessidade da gente demonstrar para eles que a gente estava junto com eles, porque na verdade eram 10 anos que eles estavam resistindo, né, ali na margem do Rio Verde, e depois aquele massacre todo que a gente, vocês conhecem aí.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E quando você chegou lá, o senhor soube de detalhes da resistência deles nesses 10 anos?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Ah, já. Assim que eu cheguei, apesar de eu ter ido para cidade de São Francisco, um pouco distante, nós instalamos um posto jurídico da Fetaemg, mas eu já tinha conhecimento desse conflito, só que eu, jamais eu iria imaginar da forma que eles continuavam resistindo, né, porque eu tinha pouco, eu não sabia de todas essas questões agrárias do Norte de Minas, porque eu estava chegando, eu jamais eu iria imaginar de que aquele grupo de pessoas, que era mais ou menos 212 pessoas, mais ou menos 2 mil famílias, aliás, 2 mil pessoas, né. E aí a gente...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: 212 famílias, no caso.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Como é que é?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: 212 famílias.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Famílias, mais ou menos 2 mil pessoas, né. Como a gente tinha uma ação de conflito, de problema até no município de São Francisco, de Janaúria, e de Manga e tal, e nós sabíamos também que já naquela ocasião a questão do despejo já estava consumado, mas era uma questão da gente começar a chegar mais perto deles para saber o que poderia ser feito. E foi assim, um momento muito bom com a Fundação do Sindicato de Janaúba. Né? Porque era um município próximo, e então o sindicato também, que ele nasceu em cima dessas questões de despejo, né, pela Codevasf, aquela coisa toda, então o sindicato já também começou a participar dessa questão de Cachoeirinha, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum, entendi.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Aí a gente teve mais oportunidade de ir lá mais vezes e tal, e inteiramos mais de toda essa situação, e a gente, por exemplo, ter contato lá com todo mundo, mas a gente ia, por exemplo, algumas pessoas, igual o Juarez, o Marcelino, o Martinho, o Ursulino, (Trecho Incompreensível). Esse pessoal é que estava mais à frente mesmo, viu? É o pessoal que animava e enfrentava mesmo, ainda assim, a violência lá dos proprietários, entre aspas, das terras para onde eles foram despejados.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. E como era a situação que vocês encontraram? Quais são os detalhes que você teve conhecimento da resistência ou da condição dos posseiros nesses dez anos?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Olha, eu fiquei, assim, impressionado com a forma que eles sofreram, com a violência que eles sofreram em 77. Queimaram casa, destruíram a plantação, alimentos, né, eles ficaram praticamente, eles retiraram da terra e ficaram na margem do Rio Verde, debaixo de algumas folhas de árvore, aquela coisa toda. E eles foram devagarzinho organizando, ficando ali, né, porque eles sabiam, e depois em conversa que eu tive com todos eles lá, eles falaram: "Olha, um dia essa terra vai voltar para gente, porque essa terra é nossa. Quando os nossos remanescentes chegaram aqui, essa terra não tinha dono, entendeu? Então a gente está aqui há mais de 50 anos, agora que as pessoas fizeram

isso, mas nós temos certeza que um dia a gente vai voltar para terra”, e foi nisso que a gente (Trecho Incompreensível) a luta deles.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. E o senhor soube de algumas situações de violência que eles sofreram, opressão... vamos imaginar nessa década de 70 até 77. O que eles relataram sobre a condição de vida deles?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é. Assim que eles foram despejados, os fazendeiros da região tinham organizado e, assim, proibiram de dar semente para os posseiros, o pessoal que quisesse trabalhar tinha que sair fora do município de Varzelândia, tinha que sair fora do município de Janaúba e tal, e eles viviam mais ali algumas situações muito difíceis, né, tentando algumas hortas na margem do Rio Verde. E assim, eu acho que o que levou eles a permanecer o tempo todo assim foi a fé mesmo, a resistência mesmo. Então... e eles, teve uma ocasião em 1980, 1981, eu estava lá em Montes Claros e fiquei sabendo que 4 posseiros tinham sido presos, entendeu? O Jardel, (Trecho Incompreensível) porque eles tentaram retornar, pelo menos 4, eles (Trecho Incompreensível) para voltar para a terra, eles tentaram voltar para a terra, e eles, aí foram só 4, a polícia foi lá, prendeu e levou eles para Janaúba, e eu fiquei sabendo e fui lá para Janaúba, já cheguei lá de tardezinha já, junto com o diretor da Fetaemg e mais o presidente lá do São Francisco, o Elói. Então como nós chegamos lá e o Fórum já estava praticamente fechado e também eu fiquei sabendo depois que não tinha juiz lá na comarca, aí eu fiquei, já fazia uns quatro dias que eles estavam presos, viu, aí eu fui lá conversar com o delegado, dizendo para ele que não houve danos, e foi uma situação de, realmente de (Trecho Incompreensível) a terra dele, então por isso que houve essa situação, e eles entraram lá e eles cortaram arame (Trecho Incompreensível). Mas aí depois eu falei: “Ó, se o senhor não liberar, eu vou ter que voltar a Montes Claros, requerer uma medida legal, um habeas corpus, porque eu sei que demora, porque eu tenho certeza que o juiz vai negar”, aí conversei com o delegado e ele também já sabia dessa história, aí ele falou: “Olha”, eu falei: “E outra coisa, o senhor liberando, assim que o senhor requerer o depoimento deles e tal, eu prometo trazê-lo aqui de volta”, (Trecho Incompreensível) já peguei e tal. Falei: “Então pronto. Não tem problema. O senhor pode continuar com esse inquérito, tal, tem problema não”, aí ele: “Tá, tudo bem. Então vamos liberar, o senhor conversa com eles, fala para eles que não façam isso mais” e eu falei: “Tá tudo bem”. Aí eu até fiquei esperando a saída deles da cadeia e fiquei pensando assim:

“Gente, mas e agora, hein? Eu tenho a impressão que eles vão sair daí com o moral abatida, revoltado, chateado, né, depois de quase quatro dias preso e tal”. Mas nada. Assim, saíram como se tivessem saído de um hotel cinco estrelas, fazendo piada ainda. Aí fomos lá para o hotel lá, jantamos, e falou assim: “Eu estou com vontade de voltar logo”, falei: “Não, agora mesmo vocês vão, o pessoal está aí, vai levar vocês de carro”. Aí eu falei para eles, eu falei assim: “Ô (Trecho Incompreensível), a hora que vocês pensarem em voltar para a terra, reúne mais gente, reúne aí umas 40 pessoas, porque aí é muito difícil prender 40, 50 pessoas do que prender quatro”, “Pois é, mas o dia que a gente pensou em voltar, os companheiros estavam fora, estavam em outro lugar, então a gente achou que era aquele momento”. Eu falei: “Não, não estou falando para vocês não voltarem, não. Aí faz isso, a hora que vocês reunirem mais gente, volta todo mundo para terra e (Trecho Incompreensível) que a gente vem para cá junto, tá?”. E foi essa violência também, e essa questão de eles ficarem ali, eles só resolverem a situação depois de 1982.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. E, Afrânio, você ficou sabendo de alguns atos de tortura ou de violência física contra os posseiros? De 67 até a sua chegada?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é. Em 67 o processo foi julgado lá em Brasília de Minas, porque é a comarca responsável pela (Trecho Incompreensível) e naquela época as dificuldades, imagina, Brasília de Minas até Varzelândia, era muito difícil, e assim que eles foram intimados ou notificados dessa ação de reintegração de posse, né... assim, eu tenho certeza, e eu também depois (Trecho Incompreensível), que simplesmente chegou lá o oficial de justiça, entregou para eles e não foi capaz de explicar: “Olha, isso aqui é um mandado que vocês têm que arranjar advogado, que vocês tem que fazer isso e tal, tal, e vocês têm que assinar, tal”. Então a maior parte do pessoal era analfabeto, nem assinava ou não assinava, aí o mandado retornou para Brasília de Minas e o juiz, naquela época, se hoje o negócio está ruim, naquela época era muito pior, o que o juiz tinha que fazer, no mínimo tinha que fazer era intimar os procuradores desses fazendeiros para que eles emendassem a inicial, ou seja, completasse o nome direitinho, a localização. Não, mas o que aconteceu foi, após 15 dias, que é o prazo de defesa, o juiz expediu um mandado de despejo, aí foi essa situação, chegou lá o coronel Georgino com um contingente enorme da polícia de Montes Claros e começou aí o massacre. Tortura, muita gente apanhou, a história de uma

criança que encontraram ela morta, entendeu? Queimaram a casa toda, destruíram as plantações, mataram animais. Então assim, foi um negócio assim que a gente vê, que (Trecho Incompreensível), mas que a gente via, que a gente imagina a cena, a cena de um verdadeiro horror, de barbárie mesmo, né. E de lá para cá eles sofreram, eu fiquei sabendo depois, a história que eles contaram, é que eles, era assim, todo dia perseguido, ainda que eles estivessem fora das terras. Mas foi assim, foram de 1977 até 82, né, quando falo 82 foi porque aí mudou essa questão toda e algumas famílias retornaram à fazenda (Trecho Incompreensível) retornaram, porque depois eu não tive mais nenhum contato com eles. Eu só fiquei sabendo agora, quando eu tive em Montes Claros, é de que só 60 famílias que voltaram às terras, então ainda tem muita gente fora das terras que pertenciam a eles.

FERNANDA NALON: Entendi.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: E na época foi que o governador Tancredo Neves autorizou a Rural Minas a emitir o título para essas famílias, mas a proposta era transmitir o título para todas as famílias, e o retorno de todas, mas como o estado parece que não tinha condição de comprar toda a fazenda, e teve gente que se recusou a vender essas terras, parte da fazenda realmente continuava ocupada pelos fazendeiros.

FERNANDA NALON: Uhum. Ô Afrânio, e você chegou a ser perseguido também, como o Luiz Chaves e tudo, que sofreu atentado e tudo? Alguma violência contra você por conta da atuação do envolvimento com o pessoal de Cachoeirinha?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Não só pela atuação em Cachoeirinha, mas pela atuação de uma forma geral do Norte de Minas, né. A gente teve problema, e aquela época era uma época muito complicada, que foi o final do governo de, o começo do governo de João Figueiredo, mesmo assim as coisas estavam começando a clarear um pouco, mas eu tive, por exemplo, ameaça de sequestro de filho, de colocar bomba dentro de casa, a própria Ordem dos Advogados, o presidente ameaçou de caçar a minha carteira, tal. Né, e...

FERNANDA NALON: Essa ameaça pelos seus filhos, seu filho ou seus filhos? Você tem mais de um?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Eram três.

FERNANDA NALON: Três. Veio de quem? Veio de quem essas ameaças?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Olha, o Georgino negava de pé junto que ele não participava disso, né. Eu acho que era pessoal envolvido com mais ali da direita, gente e também ligada a essa questão da terra, sabe. E...

FERNANDA NALON: Tinha alguma relação com a UDR?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Como é que é?

FERNANDA NALON: Tinha alguma relação com a UDR?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é, eu acho que a relação era realmente, era realmente, porque o que a gente passou durante o tempo que eu estive lá no Norte de Minas foi, assim, pessoas ligadas à antiga Arena, e atrás desse pessoal tinha a UDR mesmo, tinha o pessoal que era, que atuava, que tinha uma proposta de cometer atos violentos mesmo. Mas aí a gente fez algumas denúncias, na cabeça que era (Trecho Incompreensível), mas o que resolveu mesmo foi um ato público que nós fizemos, que as pessoas fizeram em Montes Claros, e que ficou gente de Brasília, deputado que foi (Trecho Incompreensível), federações, sindicato e tal, e mostrou que a gente tinha, a gente tinha respaldo e tinha apoio, né, que a gente não estava ali sozinho, isolado não, né? E aí...

FERNANDA NALON: Esse ato público, desculpa interromper o senhor, esse ato público foi de qual ano?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Foi 1981.

FERNANDA NALON: Aquele de 81.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: É, 1981.

FERNANDA NALON: Uhum.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Mas, né, mas a situação de violência agrária no Norte de Minas continua, até, ainda não foi pelo fato de ter o período da ditadura militar ter encerrado, mas isso ainda continuou naquele grupo, aquele grupo que, né, que tinha pretensão de continuar a grilar aquela terra, (Trecho Incompreensível), tanto é que eles assassinaram o Elói em 1984, né. Então, e outras violências continuaram também, né.

FERNANDA NALON: Uhum. O senhor podia detalhar um pouquinho mais, seu Afrânio, essa questão das ameaças, da questão que o senhor sofreu, como uma liderança, as formas de pressão que o senhor sofria, e também de violência?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é. Essa violência física, mesmo, comigo não ocorreu, mas foi uma violência psicológica, violência política, violência assim, de que a gente estava provocando lá na região do Norte de Minas conflito de terra, nós estávamos instigando as pessoas a invadirem terras, né, a gente estava provocando animosidade entre patrão e empregado e tal. Essa situação que a gente sabe que isso não afeta a gente, não, mas afetam as pessoas que estão ali, né, e que sofrem também essa violência, e que historicamente é uma situação de décadas e décadas, né? Então para gente pelo menos amenizar essa questão era, assim, mostrar que o que nós estamos fazendo aqui é questão de direito mesmo, é questão do trabalhador ser inclusive respeitado no seu direito. Mas ainda assim, né, as questões, por exemplo, de (Trecho Incompreensível) por exemplo, justiça, né, Câmara de vereador, prefeito, deputado. Então era uma questão de que a gente (Trecho Incompreensível) era isso mesmo que ia acontecer, porque na verdade a gente estava mexendo com uma estrutura, assim, de muitos anos, e coisa assim, que essa questão da violência agrária no Norte de Minas é histórica, né? Então você começou a remover algumas coisas, e isso viria mesmo, né? E, assim, algumas mortes ocorreram, prisões, mas a gente também tinha respaldo de algumas pessoas, por exemplo, o pessoal que trabalhava na área de saúde, né, que começou a chegar lá para te ajudar...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ah, como o José Francisco?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Hein?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Como o José Francisco?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: José Francisco, o Cléo, que inclusive estava lá participando, né? Zé Márcio... e ainda tinha alguns médicos da universidade que estavam, assim, ajudando a gente e tal. Então assim, esse período mais pesado mesmo, a gente teve, depois de 1980, 81, esse pessoal foi chegando e a gente sentiu de que era um reforço na luta da gente mesmo, né?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Afrânio, o Luiz Chaves mencionou um ato em Cachoeirinha, no qual houve atuação da polícia. Você já fez o relato?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Não, pois é. Esse ato, esse ato foi em 1981, né, 81, parece que foi isso mesmo. A gente precisava de fortalecer mais o pessoal lá. O pessoal (Trecho Incompreensível) estava assim, constantemente junto, aquela coisa toda, mas precisava de demonstrar que os sindicatos dos trabalhadores rurais da região estavam apoiando a luta deles, aí apareceu o sindicato (Trecho Incompreensível) de Montes Claros, de Janaúba, de Bocaiuva, de Janaúria... e esse ato foi marcado, assim, de uma dificuldade muito grande, porque a polícia militar, ela montou barreiras, assim, de quase de 20km em 20km, entre Janaúba e Cachoeirinha. Então para gente passar por essas barreiras era muito difícil, eles tentavam golpear a gente. Eu até, eu estava num carro oficial da UFMG, com os companheiros que também estavam participando, pensei assim: “Olha, vai ficar mais fácil a gente passar, porque é um carro oficial, né”, mas é ao contrário. Eles prenderam o carro e comunicaram à universidade que alguém (Trecho Incompreensível) não era ilegal. E depois de quase duas horas, assim, a gente chegando no ato público, é que eles liberaram e tal, e nós chegamos lá e eu fiquei impressionado com o aparato policial, né? A praça lá de Cachoeirinha toda cercada de policial com fuzil, aquela coisa toda. E aí eu lembrei muito de 67, pensei assim: “Mais ou menos, esse quadro que nós estamos vendo aqui, deve ter sido o quadro de 67”. Mas eu vi o seguinte, os posseiros todos lá e todo mundo usando a palavra e gritando mesmo, e xingaram, e falaram: “(Trecho Incompreensível). A gente só vai sair daqui no dia que essa terra for nossa, a gente vai (Trecho Incompreensível)”. Então o que a gente notou nesse ato é que o pessoal já estava (Trecho Incompreensível), já estava com aquela fé danada e (Trecho Incompreensível) de companheiros, veio dar uma força a mais para eles. Aí me parece até que a violência lá amenizou um pouquinho. Primeiro é a gente já estava assim, em 1981, a gente já estava sentido de que a ditadura militar já estava enfraquecendo mesmo, né? Estava enfraquecendo. E logo em seguida, no outro ano subsequente, veio a eleição e que a gente derrotou as últimas resistências políticas, né, de Francisco Pereira, esse pessoal todo. Então, assim, aí eu acho que as coisas caminharam um pouco mais, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. E, Afrânio...



AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Oi.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Só para fechar, você tem algum detalhe a mais sobre a atuação do coronel Georgino ou também depois sobre a polícia militar nesses conflitos de terra? Batalhão de Montes Claros.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é. A polícia militar, o Georgino quando... eu recordo que quando ele foi, quando o oficial de justiça, em 77, pediu reforço policial para executar o mandado de despejo, o mandado de despejo, o coronel Georgino, que era comandante do batalhão de Montes Claros, se dispôs ele mesmo, ele como comandante, ele foi lá para Cachoeirinha e promoveu, ele comandou todo aquele massacre, todo o massacre. Tanto é que depois ele, aí que depois que ele aposentou, ele foi agraciado com uma carteira da Ordem dos Advogados e foi até professor lá em Montes Claros, da faculdade de Montes Claros, né, e ele, como honorário na época, policial, depois, recebeu uma, nossa, uma (Trecho Incompreensível) terra lá, (Trecho Incompreensível) fazenda ficou para ele, entendeu? E ele continuou lá em Montes Claros sendo uma pessoa respeitadíssima, né? Então assim, a polícia militar, que até hoje eu acho que continua sendo uma polícia violenta, naquela época ela desempenhou esse papel mesmo, de, assim, eu tenho certeza de que o mandado de despejo só determinou que retirasse o pessoal da terra, eu tenho quase certeza, (Trecho Incompreensível) eu não sei o juiz, deve ter morrido já, faz muitos anos. Mas jamais eu acreditaria que o juiz determinasse que, além de retirar os posseiros da posse, que também destruísse tudo que tivesse lá e que matasse, que torturasse, que batia. Bom, de repente foi feito por conta própria do coronel Georgino. A gente falava isso, a gente falava isso constantemente em Montes Claros, entendeu? E ele morreu, falou: "Não, eu não fiz isso, não fiz isso", mas todo mundo sabe que ele fez isso mesmo, né. Mas assim, eu acho que a história desse país é essa mesmo, é a história mesmo, e essa violência ela continua. Você vê agora, recentemente lá no Pará, 10 pessoas foram executadas pela polícia, e a polícia continua matando, continua fazendo isso mesmo. Enquanto não tiver um projeto agrário que distribua terra para aqueles que precisam dela, né, for fazer um projeto de reforma agrária ampla, vai continuar assim, né? E hoje a situação está pior porque a gente não teve nenhum avanço nessa questão da terra, não teve nenhum avanço. Aliás, é o contrário. O outro avanço da grande empresa ocupando grande área de terra.

Os trabalhadores mesmo, pessoal sem terra, continua (Trecho Incompreensível) na estrada, esperando um processo que, dois, três anos, o INCA falando que não tem recurso, é um órgão incompetente também. Então assim, eu ainda acho que a questão da terra, a questão da terra vai ter que ser extrajudicial. Eu falo assim, os trabalhadores vão ter que expropriar terra. Não esperar que o governo, esse governo ou o governo que vai vir no ano que vem, ou os governos que a gente esperava que fizessem alguma coisa e não fizeram, não vai resolver a questão da terra, porque a questão agrária ela é muito importante e você vê que a maior bancada da Câmara Federal é dos ruralistas, e eles jamais querem abrir mão da terra. Então assim, eu acho que eu já estou velho já, mas eu acho que as pessoas, o movimento sindical, o movimento, entidades que participam dessa luta, têm que entender isso, o povo tem que transformar, expropriar mesmo. Quando eu falo “expropriar” é entrar nessas terras improdutivas, que estão ali para ocupar mesmo, senão não vai ter. E a gente, naquela época, em 1978, a gente já fazia isso. E olha que tinha muita terra desocupada. Tinha terra lá, as terras de ausente, as terras devolutas, as terras públicas, e a gente falava: “Olha, a única forma é vocês ocupar a terra e não sair dela. Não sair dela. Porque se vocês saírem, vocês não voltam mais”, aonde que o pessoal resistiu mesmo, aonde que Cachoeirinha tiraram, eles resistiam e voltavam. E eu acho que vai ter que voltar todo mundo, não é só (Trecho Incompreensível) família não.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Afrânio, e depois da atuação em Cachoeirinha, você se deslocou de Montes Claros, atuou em outros conflitos de terra, outras situações?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Depois eu saí da Fetaemg, né, e fui trabalhar no Estado. Aí era uma outra, era uma outra área de trabalho, apesar que eu fui para o Estado para ocupar assessoria dos sindicatos, sindical, nessa área rural, né, o secretario na época era o... (Trecho Incompreensível)

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Na secretaria de trabalho.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Exatamente. Ele entendeu que essa área rural, ela era uma área que ninguém preocupava, né, pelo menos o governo na época. Então ele entendeu de que precisava de uma pessoa que já tinha experiência nessa área. E eu fui, aí o que eu fiz foi percorrer essas regiões todas, tinha mais condição, tinha mais estrutura, não só o Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Triângulo Mineiro, essa coisa toda, a gente

começou a levantar essas questões, por exemplo, de violência, de despejo que já tinha ocorrido lá do Rio Doce também. Isso foi durante, foi na década de 60 também, que houve um massacre lá no Vale Rio do Doce (Trecho Incompreensível) e tiraram família, mataram gente lá e até eu acho que o advogado era o Ibrahim Abi-Ackel, que depois foi ministro, parece, da justiça do governo do Geisel, parece, eu não lembro direito. Então eu levantei essas questões e encontrei depois, foi bom que eu encontrei algumas famílias já, mas lá houve o contrário de Cachoeirinha, o pessoal na época foi um massacre mesmo, pessoal fugiu, foi embora, e eu encontrei muitas famílias morando em Contagem.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Peraí, de Governador Valadares?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: É, na região ali que o pessoal costuma chamar de Vale do Rio Doce. Eu encontrei algumas famílias que já estavam em Contagem, já (Trecho Incompreensível) muitos anos, me perguntaram o quê que eu podia fazer, eu falei: “Olha, eu não posso fazer nada. Eu posso ir lá e tal”, e eu fui, eu fui no Fórum de Peçanha, ou sei lá, não lembro mais o Fórum que foi, e levantei uns processos, umas coisas, né, e fiquei horrorizado com o que ocorreu lá, né. E...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas o que ocorreu ao certo ali no Rio Doce?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Hein?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O que ocorreu ao certo ali no Rio Doce?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: O que aconteceu foi mais ou menos a história de Cachoeirinha. O pessoal também, é aquela história, né: o pessoal, acabou a questão do escravo e tal, o pessoal começou a vir da Bahia e tal, e vindo, vindo, vindo. E eles chegaram na margem do Rio Doce, e até tem um livro interessante, que depois eu comecei a ler e não acabei de ler, quem escreveu foi o irmão da doutora Raimunda, parece que o título era, não me lembro o título não, mas eu me lembro de uma frase interessante, um deles chegaram na margem do Rio Doce, aí um perguntou assim: “Esse rio tem dono?”, “Não”, “Então nós somos donos”, e ficaram na margem lá, ficaram na margem. Mas aí veio esse massacre também, que foi mais ou menos na época de Cachoeirinha ou antes, parece.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas onde aconteceu isso exatamente?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é, (Trecho Incompreensível) eu fui uma vez só e eu peguei esses, alguns documentos e deixei na secretaria, entendeu?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Eu não sei...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Detalhar, né.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: ...mas depois eu fui embora, aí mudaram o secretário, mudaram tudo (Trecho Incompreensível).

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Sei. Não tem problema não.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Essa história, alguém aí de Belo Horizonte, eu não sei se a Fetaemg tem, mas eu acho que não tem, porque isso faz muito tempo, faz uns anos, né? Mas eu acho que tem algum historiador aí ou alguém ligado a essa questão da terra, a CPT, eu não sei se a CPT teria alguma coisa disso. Essa fazenda, essa fazenda eu tinha até o nome dela, mas eu até guardei pelo nome do Abi-Ackel depois que ele assumiu o ministério, ele passou para o irmão dele, que era também advogado. E continuou, continuou o despejo. Mas esse despejo, e aquela região ali do Vale do Rio Doce é uma região extremamente violenta. Era mais violenta, te falar uma coisa, na época era mais violenta do que o Norte de Minas. E gozado que a história não mostra muita coisa dela não. Mas eu que não tive tempo de descobrir. Além desse massacre que teve na margem do Rio Doce, teve outros massacres também. Por exemplo, eu participei também de alguma história lá no Vale do Jequitinhonha com relação ao contrabando de pedras preciosas, que o Ibrahim Abi-Ackel também estava envolvido. Eu tenho inclusive uma carta aqui, está até guardada, quando eu fiz uma reunião lá com os garimpeiros, lá do Jequitinhonha, não sei se é em Minas Novas ou... uma das cidades dessas lá, eu ia muito lá. E tinha o sindicato nacional dos garimpeiros, que cuja sede é lá no Rio de Janeiro, mas não era do sindicato dos garimpeiros, era sindicato do pessoal que fazia contrabando de pedra preciosa. E o Ibrahim Abi-Ackel, inclusive, a Rede Globo na época falou alguma coisa, mas depois (Trecho Incompreensível), e lá assim, o cabo da polícia militar lá, da cidade próxima lá aonde que houve também uma morte de garimpeiro lá, e eu denunciei lá em Belo Horizonte e eu recebi uma carta, eu recebi

uma carta de um presidente do, parece é que sindicato ou associação dos garimpeiros lá da cidade, ele falando que se eu fosse lá ele ia me matar, aquela coisa toda. Mas e aí...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas isso aconteceu mais ou menos quando?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Ah, isso foi, isso foi, eu já estava no Estado. Isso foi em 83.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: 83, por aí, né? Uhum.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Acho que foi 83. E o Jequitinhonha era uma região assim, de políticos duros mesmo, difícil. Ali até hoje ainda predomina o coronelismo, aquela coisa toda. Então assim, eu estou contando essa história porque eu envolvi até na questão de garimpo, que é um negócio também pesado. E eu não sei depois o que mais aconteceu, porque eu vim embora né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Você mencionou um livro, você se lembra do título dele?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Pois é. Mas eu, se você tiver, tem uma advogada, professora, ela deve ter aposentado, o irmão dela é que tinha esse livro, parece que ele que escreveu esse livro, entendeu? O primeiro nome dela é Raimunda.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Afrânio...

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Oi.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Você tem alguma consideração a mais ou algo que você gostaria de destacar, que a gente não fez pergunta?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Então, eu acho o seguinte, que tudo que nós falamos lá em Montes Claros, e vocês vão, eu acho que esse tipo de ligações devem continuar, né, e também assim, é importante que, parece que o que vai acontecer é que todos esses depoimentos eles vão ser condensados em relatório, aquela coisa toda, depois vai ser criado um museu, né. Parece que a intenção é essa, né?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Haverá a criação do Memorial, né, mas não é o objetivo da COVEMG, faz parte de uma das ações de continuação da Comissão da Verdade, né. Mas você tem alguma consideração a mais sobre aquele período? Para gente fechar o depoimento então.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Não, é isso mesmo, eu acho assim, que pelo o que a gente, durante a nossa participação, que foi muito curta, foi de 78 até, como advogado, prestando assistência jurídica para os trabalhadores, foi praticamente 5 anos, né. Mas o que eu sempre reflito é, eu, profissionalmente, eu acho que a minha presença ela foi mais importante como uma presença mais política, assim, de organizar, organizar, ajudar o pessoal a se organizar, discutir as questões deles e fortalecimento mesmo, entendeu? Fortalecimento. Quando eu cheguei lá no lote mesmo só tinha o sindicato de São Francisco e de Januária, de Montes Claros. Depois que eu saí de lá tinha mais de 15 sindicatos atuantes, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi.

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: E os sindicatos bons, fortes, o pessoal entendendo a proposta, aquela coisa toda. Então eu acho que o que valeu realmente foi essa atuação sindical.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Tudo bem, então. Muito obrigada, viu, Afrânio?

AFRÂNIO OLIVEIRA SILVA: Nada.